

Jane Araújo



**OBSTRUÇÃO** Oposicionistas e integrantes da bancada ruralista dificultam a votação da LDO na Comissão Mista de Orçamento, mas governo é maioria

## Impasse adia a votação da LDO

Os partidos da base aliada do governo decidiram tentar na terça-feira a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, depois de frustrada ontem uma reunião em busca de acordo com líderes partidários, na Comissão de Orçamento.

Página 3

## CÂMARA APROVA REFERENDO SOBRE DESARMAMENTO

Página 6

# Líderes oposicionistas pedem autoconvocação do Congresso

Continuidade dos trabalhos parlamentares, sem remuneração extra, é defendida por Arthur Virgílio, José Agripino e vários outros senadores da oposição. Objetivo é assegurar o funcionamento das CPIs

Célio Azevedo



**AUDITORIA** Marcos Valério (E) propôs o exame das contas de suas empresas, com a divulgação dos resultados à opinião pública

## Valério admite empréstimo ao PT, mas nega "mensalão"

Acusado de ser o responsável pelo pagamento de propinas a deputados, dono de agências de publicidade não explica objetivo de saques milionários em suas contas

Com apoio de vários outros líderes partidários, Arthur Virgílio, do PSDB, entregou à Mesa do Senado documento propondo a autoconvocação do Congresso Nacional. Virgílio sugeriu que os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Severino Cavalcanti, iniciem entendimentos para que o Congresso possa se autoconvocar, sem pagamento de jetons aos parlamentares. O líder do PFL, José Agripino, disse que as investigações de denúncias não podem ser interrompidas.

## CPI dos Bingos vai ouvir Carlos Cachoeira e Waldomiro Diniz

Por unanimidade, a CPI dos Bingos aprovou ontem a convocação do empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, e do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Páginas 3 a 6



**BARREIRA** Aelton: quem tem mais de 40 anos enfrenta obstáculos para entrar no mercado

## Aelton defende emprego para maiores de 40

Melhorar a empregabilidade de quem tem mais de 40 anos é o objetivo de projeto elaborado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). Ontem, em Plenário, ele argumentou a favor da proposta (PLS 372/03), que permite às empresas a dedução, no Imposto de Renda, de despesas com salários pagos a trabalhadores nessa faixa de idade.

Aelton diz que pessoas acima dessa idade enfrentam grandes obstáculos para permanecer no mercado de trabalho ou a ele retornar. O projeto prevê subsídio fiscal ao empresário que tiver pelo menos 20% dos empregados com mais de 40 anos.

Aelton informou que a proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que já teria enviado ofício à Receita Federal pedindo informações a respeito do impacto do subsídio sobre a arrecadação. Aelton pediu que a Receita não coloque resistências à proposta.

– A verdade é que se formou uma barreira preconceituosa contra os profissionais com mais de 40 anos, de tal forma que se torna uma tragédia para o chefe de família perder o emprego nessa fase da vida.

# Papaléo questiona divisão de recursos entre regiões

■ Senador diz que FPM privilegia Sudeste, pouco contribuindo para reduzir pobreza e desigualdades regionais

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) protestou ontem contra a forma de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para ele, o fundo pouco contribui para o alcance dos objetivos constitucionais de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

O parlamentar lamentou que



**EXPLICAÇÃO** Papaléo quer saber do TCU o motivo da redução dos repasses do FPM para Macapá

municípios do Sudeste, em média mais ricos e com maior capacidade de arrecadação própria, tenham recebido, em

2001, 34% a mais *per capita* que os do Nordeste e 30% a mais que os do Norte.

– Não dá para aceitar passivamente essa inversão, a não ser que, suponhamos, esteja voltada para aumentar ainda mais a concentração de riquezas no Sul-Sudeste – disse ele, ao informar ter solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) esclarecimentos sobre a redução da participação de Macapá nos recursos do FPM.

Mão Santa (PMDB-PI) observou que, em prejuízo dos municípios, as receitas da União extrapolam o percentual de 21,5% previsto na Constituição.



**AMPARO** Augusto Botelho pretende que mulheres enfrentem declínio da capacidade produtiva com segurança

## Augusto Botelho quer Previdência para dona-de-casa

A aposentadoria para as donas-de-casa (PLC 25/04) foi defendida ontem pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR). Relator no Senado da proposta que institui o benefício, juntamente com um novo tributo para cobrir os custos advindos, o parlamentar declarou que “se trata de um projeto de grande alcance social, pois coloca sob o manto da Previdência uma importante parcela da população, merecedora de nosso respeito”.

O projeto nasceu na Câmara, por iniciativa da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Já contando com substitutivo do relator no Senado, a matéria tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

### Riscos

Ao citar pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Augusto informou que há cerca de 20 milhões de mulheres dedicadas exclusivamente aos trabalhos domésticos, sem contribuir para a Previdência pública.

– A situação é preocupante, pois essas mulheres estão expostas aos riscos sociais do trabalho, mas, por não estarem filiadas ao sistema, não poderão enfrentar com qualidade de vida o declínio de sua capacidade de trabalho e, muito menos, seu envelhecimento.

Por não serem filiadas à Previdência, observou ainda o parlamentar, as donas-de-casa podem acarretar altos custos sociais no futuro, já que ficarão à mercê dos programas assistenciais do governo ou da ajuda de familiares, que, assim, terão suas rendas diminuídas e, conseqüentemente, as condições de vida pioradas.

No substitutivo, o senador altera a mecânica de cálculo da nova contribuição. Ele propôs uma alíquota de 7,65% sobre o menor salário-de-contribuição, aplicada a quem recebe remuneração mensal igual ou inferior a R\$ 623,44.

## Agenda

### Idade para aposentadoria compulsória em discussão

Na sessão de hoje, às 14h, o Plenário discute a proposta de emenda constitucional (PEC 42/03), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que aumenta de 70 para 75 anos a idade limite para a aposentadoria compulsória de funcionários públicos e para a nomeação de magistrados. A matéria foi discutida em audiências na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania neste ano.

### CRE debate base americana no Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 10h. Em pauta, a possível criação de uma base militar norte-americana no Paraguai, país que faz fronteira

com o Brasil. Além disso, a CPI dos Correios pode votar hoje novos requerimentos de informações. Entre os mais polêmicos está a quebra dos sigilos do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.



### Brasil Competitivo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa, às 8h30, da abertura do 3º Congresso Internacional Brasil Competitivo. Às 15h30, conversa com o novo procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza.

### LDO só na terça

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi adiada para terça-feira, às 17h30, de acordo com o relator do projeto. O texto ainda não foi examinado por falta de acordo entre os partidos.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes do Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Comissão adia para terça-feira votação da LDO

Os partidos da base aliada do governo decidiram tentar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 na próxima terça-feira, depois de frustrada ontem uma reunião com líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para um entendimento sobre a proposta.

Os opositoristas informaram que concordam com o relatório do deputado Gilmar Machado (PT-MG), mas não aceitam que o Congresso pare de funcionar em julho por causa da crise política. "O país não aceita isso", resumiu o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Pela Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois de votar a LDO.

A base governista tem maioria na Comissão de Orçamento, o que lhe oferece condições de aprovar a LDO, mesmo com obstrução dos opositoristas e da chamada bancada ruralista. Esse grupo vem obstruindo a votação da LDO sob o argumento de que o governo não está cumprindo o que prometeu aos agricultores durante o recente "tratadorço", em Brasília.

Como resultado, líderes do PT, PMDB e outros partidos aliados estão convocando todos seus deputados e senadores da CMO para que garantam a votação, no próximo dia 12. O colegiado tem 21 senadores e 63 deputados e, para que haja votação, tem de permanecer na reunião, no mínimo, a metade desses parlamentares. O relator da LDO, deputado Gilmar Machado, informou que os líderes da base governista prometeram mobilizar seus parlamentares para a votação. Depois de aprovada na comissão, a proposta terá que ser submetida a deliberação do Congresso.

Gilmar Machado tem argumentado com os líderes que o atraso na votação está prejudicando o Executivo, que vem trabalhando na feitura do projeto de orçamento para 2006, o qual deve ser remetido ao Congresso até o último dia de agosto. A LDO contém centenas de normas que orientam a elaboração do Orçamento.



Documento entregue à Mesa propõe autoconvocação. Virgílio sugere a Renan e Severino Cavalcanti entendimentos nesse sentido. Agripino apóia posição de Heráclito de retardar decisão sobre LDO

# Oposição defende funcionamento do Congresso em julho, sem jetom

Com o apoio de vários outros líderes partidários, no Senado e na Câmara, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu ontem, em Plenário, o funcionamento do Congresso Nacional durante o mês de julho, período de recesso parlamentar. Ele sugeriu que os presidentes das duas Casas, senador Renan Calheiros e deputado Severino Cavalcanti, iniciem entendimentos para que o Congresso possa se reunir por meio de autoconvocação.

Em documento entregue à Mesa do Senado, com diversas assinaturas de apoio, Virgílio propõe que a convocação do Congresso não implique "pagamento de quaisquer importâncias a título de remuneração pelo trabalho extraordinário". Segundo ele, o Brasil espera do Legislativo a votação de matérias pendentes e posturas mais afirmativas diante do momento político atual.

### Opinião pública

Também defendendo o funcionamento do Congresso neste mês, o líder do PFL, senador



**EXPECTATIVA** Virgílio diz que país espera posturas mais afirmativas diante da crise; Agripino lembra que sociedade deseja esclarecimentos das denúncias

José Agripino (RN), observou que, diante da atual crise política, o Senado e a Câmara não devem paralisar as investigações. De acordo com o senador, essa é uma posição política de alguns senadores em respeito à opinião pública, que, a seu ver, deseja que as suspeitas de corrupção sejam esclarecidas. Agripino concordou com idéia de Heráclito Fortes (PFL-PI), que, em aparte, informou o desejo do seu partido de adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o



fim do mês.  
– Não votamos a LDO e os trabalhos prosseguem normalmente. Esta é a hora da verdade do Congresso Nacional e a população não vai nos perdoar se não agirmos com correção neste momento – afirmou Agripino.

Também apartearam o discurso de Agripino os senadores Arthur Virgílio, Magno Malta (PL-ES), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Virgílio apoiou o pronunciamento e afirmou

que o Legislativo deve estar aberto "numa época de crise tão profunda". Magno Malta e Jereissati elogiaram Agripino e apoiaram o funcionamento normal do Parlamento neste mês. Já Antonio Carlos Magalhães sugeriu o envio de uma comunicação por escrito ao presidente da Casa, Renan Calheiros, pedindo que o Senado não feche.

– Não vamos votar a LDO enquanto não fizerem a autoconvocação sem remuneração para os senhores parlamentares – avisou Arthur Virgílio.

### Recesso parlamentar

Nos períodos de recesso, que se estende por todo o mês de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, são suspensas as atividades do Congresso. Deixam de se realizar sessões plenárias além de reuniões de comissões, a não ser que ocorra convocação extraordinária ou autoconvocação. Entretanto, os trabalhos continuarão em julho se não for aprovada a LDO. Se a lei for votada, o Legislativo entra em recesso.

## Heráclito: PFL deve votar projeto só no fim do mês

O PFL decidiu votar apenas na última semana de julho o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, segundo informou ontem o senador Heráclito Fortes (PI). Ao participar de reunião da Comissão Mista de Orçamentos (CMO), ele explicou que a deliberação foi motivada pela possibilidade de descumprimento pelo governo de acordo para manter o Congresso em funcionamento em julho.

– Nossa decisão é política e clara. O país está vivendo uma das maiores crises de sua história. E é preciso que o Congresso fique aberto para que apure as responsabilidades pelo que está acontecendo. A sociedade não irá entender a aprovação da LDO e o recesso



**INICIATIVA** Heráclito Fortes ressalva que posição pode ser revista se governo optar pela autoconvocação

do Congresso.

Heráclito disse que a posição do PFL pode ser revista desde que o governo opte, por exemplo, pela autoconvocação do Congresso, o que garantiria a efetiva continuidade dos trabalhos da CPI dos Correios.

## Virgílio avisa que pode retirar voto de confiança

Ao analisar a crise política por que passa o governo, devido às denúncias envolvendo o PT e partidos da base, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), exigiu ontem que cessem as acusações contra integrantes da oposição. Ele referiu-se, especialmente, a reportagem da revista *Veja* que envolve o nome do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) com o publicitário Marcos Valério. O empresário, que é dono de agências em Belo Horizonte, é apontado como um dos distribuidores do "mensalão".

– O senador Azeredo é um homem sério. Se o presidente Lula não mandar parar essa tática de pega ladrão, misturando assuntos e insinuando coisas contra a oposição, vamos mu-

dar nosso discurso e retirar o voto de confiança que lhe demos – ameaçou. Na reunião de ontem da CPI dos Correios, dois deputados haviam mencionado as acusações contra Azeredo.

Diante da comprovação de que Valério foi avalista do PT em um empréstimo do banco BMG, Virgílio anunciou que apresentou requerimento solicitando informações do Banco do Brasil. Ele quer que o banco detalhe os empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores, informando juros, condições de pagamento e fiadores.

– Não me surpreenderia descobrir que Marcos Valério é fiador nesses empréstimos também – justificou o parlamentar.



Publicitário envolvido no escândalo do "mensalão" não esclarece retiradas milionárias das contas de suas empresas; depoimento da ex-secretária Fernanda Karina fica para hoje; comissão que investiga casas de jogos vai convocar principais implicados

## Valério não explica saques, mas sugere auditoria

No mais esperado depoimento da semana à CPI dos Correios, o publicitário Marcos Valério de Souza, acusado de ser o operador do pagamento do "mensalão" a deputados da base governista, esquivou-se de explicar o objetivo dos saques em dinheiro das contas de suas empresas, no valor de R\$ 21 milhões, entre março de 2003 e dezembro de 2004.

Em 14 horas de depoimento, o publicitário disse não saber explicar as coincidências entre as datas dos saques, as de suas viagens a Brasília e as de votações importantes para o governo no Congresso. O depoente afirmou enfaticamente que nunca ouvira falar em "mensalão" antes de a imprensa abordar o assunto.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), não somente a CPI mas o Brasil inteiro quer saber por que ele e suas empresas fizeram

saques tão vultosos em dinheiro vivo. Mas Valério limitou-se a dizer que se destinavam a pagar fornecedores, como artistas e pessoal no interior, que preferiam receber em dinheiro.

Em relação à origem do dinheiro, o publicitário negou que fosse decorrente de superfaturamento de contratos com empresas públicas. Ele propôs a realização de uma auditoria independente em suas empresas, pedindo que qualquer irregularidade encontrada seja divulgada à imprensa e à opinião pública.

Ao responder à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) sobre sua conversa com o líder do PMDB, José Borba (PR), segundo o próprio peemedebista destinada a debater preenchimento de cargos no governo, Valério afirmou que o encontro se destinou, apenas, a discutir campanhas

políticas do partido.

O senador César Borges (PFL-BA) quis saber sobre suas relações com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Valério disse ter se encontrado duas vezes com ele, mas negou ter-lhe dado R\$ 4 milhões, para campanhas eleitorais do PTB, conforme o deputado petebista declarou. Em um dos encontros, eles teriam tratado apenas de entendimentos sobre as campanhas eleitorais daquele partido.

Valério atribuiu à sua amizade com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a decisão de dar aval ao empréstimo de R\$ 2,7 milhões ao partido no BMG, explicando que "aval não é negócio". E frisou ter retirado o aval, depois de ter pago uma das parcelas vencidas, e espera que o partido lhe restitua o dinheiro, em torno de R\$ 350 mil.



**PEDIDO** A comissão que investiga casas de jogos aprovou a solicitação de documentos da Justiça Federal, Ministério Público e Polícia Federal

## CPI dos Bingos vai ouvir Cachoeira e Waldomiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos aprovou por unanimidade, ontem, a convocação para depoimento do empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, e do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz. O requerimento para convocação foi feito pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Cachoeira deverá ser ouvido às 11h30 da próxima quarta-feira, enquanto Waldomiro poderá depor no decorrer de julho.

De acordo com Garibaldi, a comissão solicitou ainda a documentação sobre o caso Waldomiro Diniz já elaborada pelo Ministério Público, Justiça Federal, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e Polícia Fede-

ral, para auxiliar no trabalho de apuração do colegiado.

A CPI aprovou outros seis requerimentos, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Entre eles, o que solicita à Presidência o envio da relação dos funcionários que trabalharam diretamente com Waldomiro Diniz ou que por ele foram indicados para cargos no governo; o que requer à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) o envio de cópia dos relatórios relacionados ao suposto envolvimento de Carlinhos Cachoeira e de Waldomiro Diniz em práticas de extorsão; e o que pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) o envio de cópias dos relatórios sobre os contratos de prestação de serviços firmados entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil.

## Efraim Morais defende investigação durante recesso

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), defendeu ontem o funcionamento normal da comissão durante o período de recesso parlamentar do Congresso. Segundo ele, as denúncias de corrupção que envolvem o empresário Carlinhos Cachoeira, e o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz exigem apuração imediata.

–Vamos continuar trabalhando e, no próximo encontro, já teremos um cronograma de trabalho – sustentou Efraim.

Para o presidente da CPI, o país não estaria vivendo a atual

crise se a apuração das práticas de corrupção tivesse ocorrido no ano passado, quando a imprensa fez as denúncias.

– Na pior das hipóteses, teríamos estancado a corrupção que vive hoje no Executivo e no Legislativo – avaliou Efraim.

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acha que todos os depoentes devem ser ouvidos ainda no mês de julho.

– Essa CPI só funcionará depois que um desses dois, Carlinhos Cachoeira ou Waldomiro Diniz, for ouvido. A partir daí, poderá ser elaborado um cronograma de trabalho – afirmou.



**EXPLICAÇÃO** Entre Serraglio e Maguito, Delcídio recebe documento apresentado pelo empresário Marcos Valério (D)

## Comissão deverá votar convocação de petistas

A CPI dos Correios realiza hoje, às 9h, reunião para apreciar vários requerimentos. Entre eles, os que sugerem as convocações do presidente do PT, José Genoino, do ex-secretário geral Sílvio Pereira e do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. Logo em seguida, por volta das 11h, será ouvido o depoimento de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. O depoimento dela foi adiado de

ontem para hoje porque a oitiva de Marcos Valério só terminou depois das 23h.

Durante a reunião de ontem, o deputado Enio Bacci (PDT-RS) chegou a indagar a Valério se ele concordaria em se submeter a um detector de mentiras.

Perto do final da reunião, o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG) narrou um encontro que manteve com Valério. Ele contou que, quando prefeito de Poços de Caldas (MG), em torno de 1999,

Valério, então responsável pela publicidade da prefeitura, se ofereceu para participar de uma possível campanha de reeleição sua, arrecadando recursos.

– Pelo que entendi, ele iria fazer gestões para arrecadar recursos para minha campanha. Não fui candidato, nem ele nunca arrecadou recursos para mim – afirmou Thadeu, completando que o dinheiro provavelmente entraria por um "caixa 2" mantido por empresa de Valério.



José Jorge destaca acusação contra ministro; Ideli quer esclarecer relação de grandes grupos com empresas de intermediação; Borges diz que Lula não pode se dissociar de ações do PT; Garibaldi aposta na CPI dos Bingos; Maguito desmente noticiário da imprensa

## Interesses de multinacionais devem ser investigados, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que o depoimento prestado na última terça-feira à CPI dos Correios pelo ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) José Santos Fortuna Neves tem de ser levado em consideração "de forma muito especial". Ela disse que ficou explícito no depoimento que o ex-agente

constituiu uma empresa, com um patrimônio de R\$ 200, para fazer intermediação de licitações públicas para grandes grupos internacionais como a Siemens e a Intermex.

– É uma empresinha de duzentos contos, de duzentos mil réis furados, que serve para quê? Ela serve para que uma multinacional participe

de licitações junto à máquina pública brasileira? – foi a pergunta que Ideli disse ter feito ao ex-informante, que não soube "nem poderia" dar uma resposta convincente.

Para a senadora, são grandes grupos como aqueles por ela citados que têm em seus quadros, ou pagam, pessoas para "fazer filmagem, grampo,

chantagem, achaque, ameaça, escarafunchar dentro de ministérios, estabelecer relações promíscuas na máquina pública".

– Os trabalhos da CPI dos Correios precisam investigar até as últimas conseqüências os grandes interesses, inclusive das multinacionais, que podem estar por trás desses procedimentos ilegais – enfatizou ela.



**AVALIAÇÃO** Segundo Ideli Salvatti, ex-agente criou empresa para servir a grupos como Siemens e Intermex

## Senado não contratou publicidade

O Senado jamais firmou contrato com agências de publicidade. Esse foi o teor de nota oficial encaminhada à CPI dos Correios pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, Armando Rollemberg. A mensagem foi lida ontem, durante o depoimento do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, pelo presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, senador Delcídio Amaral (PT-MS). No documento, o jornalista esclarece que os serviços de divulgação da instituição e das atividades dos senadores são efetuados por funcionários do próprio Senado ou por jornalistas credenciados no Comitê de Imprensa.

Antes da leitura da nota, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi 1º secretário do Senado e participava da reunião da CPI, já havia advertido o Plenário para a informação. Tuma explicou que sua observação não deveria ser entendida como crítica à Câmara dos Deputados, que firmou contrato com empresa privada de publicidade. O parlamentar salientou que se tratava apenas do cumprimento de um dever de esclarecimento à sociedade.

# José Jorge sugere a Lula afastamento de Gushiken

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que afaste imediatamente de suas funções o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, até que sejam esclarecidas as denúncias que pesam contra ele. O ministro está sendo acusado de ter utilizado sua influência para facilitar a aproximação da empresa Globalprev, da qual foi sócio até 2002, com fundos de pensão e órgãos públicos.

Segundo José Jorge, o faturamento da Globalprev saltou de R\$ 151 mil, em 2002, para R\$ 1 milhão no ano seguinte e quase R\$ 2 milhões em 2004. Ele lembrou que o ministro deixou a Gushiken & Associados Ltda.,



Fotos: J. Freitas

**CAUTELA** Para Jorge José, ministro deve ficar fora do cargo até o fim da apuração de denúncia contra ele

que passou a se denominar Globalprev, logo após a eleição de Lula para a Presidência da República.

– Das duas, uma: ou Gushiken atrapalhava a empresa, era incompetente e bastou se

afastar para que ela crescesse admiravelmente, ou ele utilizou sua influência na Secretaria de Comunicação para fazer com que a Globalprev aumentasse o seu faturamento. Ou é incompetente, e quando saiu a empresa cresceu, ou é competente e está usando a máquina pública para beneficiar a empresa que era dele e que hoje tem antigos auxiliares como proprietários – observou.

José Jorge advertiu que, se Lula não assumir rapidamente uma posição, poderá passar pelo constrangimento de assistir mais uma vez ao deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) pedir, e ver atendido, o afastamento de mais um auxiliar do governo, como ocorreu com o deputado José Dirceu (PT-SP).

## Borges aponta provas de tráfico de influência

César Borges (PFL-BA) advertiu que o presidente Lula precisa sair de uma postura de "dissonância cognitiva" (alheio à realidade que o cerca), em que tem se mantido até agora, e "assumir seus erros e dar a mão à palmatória".

De acordo com o parlamentar, Lula não pode simplesmente se dissociar das ações do PT. Ele citou como exemplo o empréstimo do BMG ao partido, do qual o publicitário Marcos Valério foi avalista. Mencionou também a declaração do ex-líder do PMDB na Câmara, José Borba, que disse ter negociado o preenchimento de cargos públicos com o dono da empresa



**ATITUDE** Para César Borges, Lula precisa mudar postura, "assumir seus erros e dar a mão à palmatória"

SMP&B. Segundo o senador, "nunca se preencheram tantos cargos no aparelho do Estado quanto no governo Lula".

– Estamos no ápice do caminho de tráfico de influência

pelo qual enveredou este governo. Agora, não são só indícios, há provas concretas de uma rede de tráfico de influência. Basta lembrar, no passado não muito distante, documentos comprovando a ligação do presidente Collor com PC Farias, os pagamentos feitos por este de despesas da Casa da Dinda e a Operação Uruguai – comparou o senador.

César Borges disse que a situação atual é mais grave porque alguns membros do PT despachavam no Palácio do Planalto, sem ocupar cargo público, enquanto outros usavam suas funções para negociar cargos em nome do governo.

## Maguito refuta insinuações de "operação-abafa"

Maguito Vilela (PMDB-GO) desmentiu noticiário de dois jornais sobre a reunião da CPI dos Correios realizada na última terça-feira. As matérias, publicadas em *O Globo* e no *Diário da Manhã* (de Goiânia), insinuam que ele teria colaborado com suposta "operação-abafa", ao não permitir a alteração da agenda da comissão.

O senador, que é vice-presidente da CPI, afirmou que apenas cumpriu a pauta preestabelecida, na qual constavam depoimentos de três envolvidos nas gravações que flagraram o então chefe dos Correios, Maurício Marinho, recebendo propina. Maguito lembrou que presidiu a reunião das 9h às 23h, e assegurou que deu total liberdade para os integrantes da CPI e os três depoentes falarem o que achassem necessário. O parlamentar goiano sugeriu que os jornais refaçam as matérias, "para restabelecerem a verdade".

Maguito recebeu a solidariedade de Aelton Freitas (PL-MG), César Borges (PFL-BA) e Romeu Tuma (PFL-SP).



**VERDADE** Maguito Vilela afirma que apenas cumpriu a agenda dos trabalhos da comissão



**CRÍTICA** Antonio Carlos afirma que o ministro Humberto Costa prejudicou o estado da Bahia

## ACM: ministros do PMDB ajudam a moralizar governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que os novos ministros do PMDB vão dar uma injeção de moralidade no governo. Ao ressaltar que não é do seu hábito atacar pessoas que estão caindo, o senador lembrou ter chamado a atenção, há mais de dois anos, sobre o desempenho do ministro da Saúde, Humberto Costa.

O parlamentar baiano reclama que Humberto Costa prejudicou a Bahia e que, antes de sair, aumentou os gastos da saúde e apresentou 43 medidas, ocupando 31 páginas do *Diário Oficial*.



**OTIMISMO** Ney Suassuna ressalta ter esperança no trabalho dos novos ministros do governo Lula

## Suassuna diz que respeita decisão do PMDB

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), disse ter esperança no trabalho dos novos ministros do governo Lula: o senador Hélio Costa (PMDB-MG) para o Ministério das Comunicações, o deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) para a Saúde e Silas Rondeau para o Ministério de Minas e Energia.

A respeito da nota oficial do PMDB que propõe o desligamento imediato de todos os membros do partido que insistam em continuar ocupando cargos no governo federal, Ney Suassuna disse não concordar com a decisão de seu partido, apesar de respeitá-la.

# Câmara aprova referendo sobre proibição de armas

■ Consulta deve ser realizada em outubro. Apoiado por 258 deputados, projeto vai à sanção presidencial

Depois de muitos debates, a Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o projeto de decreto legislativo que convoca referendo para decidir sobre a comercialização de armas e de munições no país. A proposta, de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, será agora promulgada pelo Congresso. O referendo deverá ser realizado em outubro.

A chamada “bancada da arma”, na Câmara dos Deputados, se mobilizou para retardar a aprovação do projeto. Na sessão de ontem, inclusive, emenda do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), que atrelava o referendo às eleições de 2006, foi rejeitada. Ao fim, prevaleceu a proposta que convoca o refe-



**EMPENHO** Autor do projeto, Renan Calheiros liderou mobilização para que fosse aprovado

rendo para este ano. O projeto teve 258 votos favoráveis, 48 contrários e cinco abstenções.

Conforme já anunciou Renan Calheiros, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está preparado para organizar o referendo e deverá baixar as instruções técnicas em relação a temas como recadastramento ainda no mês de julho.

### Urgência

Com 282 votos a favor, 88 contra e uma abstenção, a

Câmara havia aprovado no início da tarde de ontem o requerimento de urgência para a votação do projeto sobre o referendo.

– Se eu pudesse votar, votaria “sim” – declarou para o Plenário o 1º secretário da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), que presidia a sessão no momento da votação.

PP, PL, PTB e PDT liberaram suas bancadas para votar. Já PT, PMDB, PFL, PSDB, PPS, PSDB e PCdoB orientaram o voto “sim” no requerimento de urgência.

Renan Calheiros esteve na liderança da mobilização no Congresso Nacional em favor da aprovação do projeto. Com esse objetivo, foi criada uma frente parlamentar pluripartidária. Segundo declarações do presidente do TSE, ministro Carlos Mário Velloso, se a aprovação ocorresse até o fim de junho, a data mais provável para o referendo seria 23 de outubro.



**PUBLICIDADE** Mesquita Júnior destaca matéria divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo

## Mesquita Júnior denuncia contrato no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) chamou a atenção para um fato ocorrido em seu estado que, segundo ele, guardaria semelhanças com o que está acontecendo no plano federal. Matéria do jornal *Folha de S. Paulo* trata de um contrato de publicidade do governo estadual com a empresa Asa Comunicação no valor de R\$ 4 milhões, assinado em 2001. O contrato recebeu, em quatro anos, 13 aditivos que majoraram a verba publicitária em 585%, alcançando a cifra de R\$ 24 milhões.

– O fato em si já seria um escândalo, mas mais que isso: o Acre é um estado pequeno que não precisa de verba publicitária desse montante. Lá reina a miséria e a pobreza absoluta, há uma enorme concentração de renda e empreendimentos que surgem da noite para o dia. A população do estado não pode suportar um escândalo dessas proporções – enfatizou o senador.

Segundo Mesquita Júnior, esse contrato foi assinado por Rosário Neto, que dirigiu a DNA Propaganda e foi colega de Márcio Iram Morais, sócio de Marcos Valério, acusado de pagar o “mensalão”.

## Sibá promete esclarecer tudo hoje

Sibá Machado (PT-AC) anunciou que deverá apresentar hoje documentos comprovando a lisura dos contratos de publicidade do governo petista do Acre com a empresa Asa Comunicação.

– Já fizeram de tudo para macular o nome do governo do estado. Agora aproveitam a onda nacional para fazer ligações – reclamou o senador, defendendo o governador Jorge Viana (PT).

## Mão Santa: Argentina vai bem melhor que o Brasil

Ao informar ter representado a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no Parlamento Latino-Americano (Parlatino), em Buenos Aires, em um congresso sobre a “Dívida Pública e o Desenvolvimento Regional”, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o país vizinho está numa situação bem melhor que o Brasil. Ele elogiou o fato de as livrarias estarem abertas em plena madrugada naquele país e lembrou que, de acordo com Monteiro Lobato, um país se faz com homens e livros.

– Não adianta o presidente Lula se iludir e querer liderar a América do Sul – sentenciou.

Mão Santa considera que o governo errou na política econômica, por adotar o neoliberalismo e o conservadorismo, além de ter aumentado impostos e elevado os juros. Segundo o parlamentar, tal política levou o país à estagnação, desvalorizou os trabalhadores e fez desaparecer a poupança interna. Ao lembrar que deflação significa estagnação, o senador piauiense disse que, “quando não há dinheiro, os



**AValiação** Para Mão Santa, governo brasileiro errou ao adotar política econômica neoliberal

preços abaixam mesmo”.

Ao abordar a atuação do governo na área social, Mão Santa observou que o programa Fome Zero “merece nota zero”. Ele afirmou que em Guaribas (PI), primeira cidade em que o programa foi implantado, o PT perdeu as últimas eleições para prefeito. O programa Primeiro Emprego também foi criticado pelo senador. Para Mão Santa, só existe atualmente “o desespero dos desempregados sem nenhuma perspectiva”. Em contraste, frisou, foram criados cargos para aliados despreparados, “que quebraram a máquina administrativa e pararam o Brasil”.



**TEMAS** Sibá Machado afirma que Lula abordará questões relativas a desenvolvimento e meio ambiente

## Sibá: Lula defende no G-8 ações contra a miséria

Sibá Machado (PT-AC) resumiu ontem os assuntos que serão tratados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua viagem à Escócia para a reunião do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia. O senador informou que o presidente Lula vai defender a adoção de medidas de combate à fome e à miséria. Também abordará questões relativas a desenvolvimento e meio ambiente, quando insistirá para que os Estados Unidos assinem o Protocolo de Kyoto, acordo internacional que visa à redução da emissão de gases poluentes. O Brasil é um dos países convidados para essa reunião, assim como México, África do Sul, China, Índia e outros.

De acordo com Sibá, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que acompanha o presidente Lula, também aproveitará o encontro para tratar de negociações comerciais. O chanceler brasileiro defenderá ainda a ampliação do Conselho de Segurança da ONU e do próprio G-8, abrindo vagas para os países emergentes.

O senador petista relatou também que os países africanos reivindicam o perdão de suas dívidas, num total de US\$ 230 bilhões, e o fim dos subsídios agrícolas. Pleiteiam, para o continente, duas vagas com direito a veto no Conselho de Segurança da ONU, além de cinco vagas não permanentes.

# Capiberibe condena a proposta de zerar déficit

■ Para senador, medida implica transferência de recursos de despesas públicas para o bolso dos credores

A adoção de modificações na política econômica nos termos do que está sendo chamado "déficit zero" foi criticada ontem pelo líder do PSB, senador João Capiberibe (AP). No essencial, conforme Capiberibe, a proposta não altera o atual rumo, mas acentua e agrava ainda mais os cortes nos gastos públicos.

– As despesas com a rolagem da dívida não seriam atingidas, pois o pagamento de juros seria preservado.

Sem redução da taxa de juros, políticas de déficit zero significam, segundo o senador, transferir um montante de recursos, inicialmente destinado às despesas públicas, para o bolso dos credores. Déficit zero significa que o país deverá gastar apenas o que arrecada, contabilizadas aí todas as despesas, inclusive o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.



**CHANCE** Segundo Capiberibe, crise política cria oportunidade para que o país discuta temas essenciais

Numa conjuntura econômica em que o Brasil detém o recorde de taxa real de juros do planeta, o senador disse que propor déficit zero sem adotar medidas imediatas que façam baixar a taxa básica de juros é favorecer apenas segmentos minoritários da sociedade, cuja forma de renda é o juro.

Capiberibe ressaltou a necessidade de reduzir a taxa básica de juros, salientando que é desejo de toda a sociedade, com exceção dos que vivem de emprestar dinheiro.

O senador defendeu a vinculação das despesas sociais.

Segundo ele, a vinculação pode parecer uma aberração econômica, mas em um país campeão de concentração de renda, essa medida foi importante.

– Ela melhorou a situação das camadas mais pobres do país, ampliou as oportunidades dos excluídos de alcançarem a escola e estendeu as ações de saúde pública.

### Reforma do Estado

Capiberibe considerou o "grave momento de crise política" como oportunidade para que o país rediscuta temas essenciais como a reforma do Estado, de modo a profissionalizá-lo e a equipá-lo. Ao mesmo tempo, acrescentou, deve-se procurar viabilizar a possibilidade da imediata sanção aos que incorrerem em qualquer tipo de desvio de conduta.

A transparência das contas públicas, utilizando-se para isso os instrumentos de informática, é outro item valorizado por Capiberibe. Esses instrumentos, disse ele, poderão vir a se tornar "os mais democráticos dos meios de comunicação".

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram Capiberibe.



**EXPECTATIVA** Segundo Osmar Dias, promessas a agricultores ainda não foram cumpridas

## Osmar pede que governo atenda produtor rural

Osmar Dias (PDT-PR) solicitou ontem que o governo cumpra as promessas feitas aos produtores rurais durante o "tratoço" promovido em Brasília na semana passada. Segundo o senador, a situação dos produtores é de "desespero".

– Há hoje apreensão muito grande no meio rural, porque o governo anunciou uma série de medidas, mas ainda não cumpriu nenhuma, com exceção da prorrogação dos empréstimos de custeio.

Entre as medidas que não foram adotadas, o senador citou o estabelecimento de um preço de garantia para o arroz e a liberação de R\$ 3,8 bilhões em empréstimos para que os produtores possam pagar seus fornecedores. Ele ressaltou que esse financiamento não teria custo algum para o governo, e seria realizado pelo BNDES a partir de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

– Esses empréstimos de R\$ 3,8 bilhões teriam encargos de 8,75%, pagos pelos produtores rurais, mais 5% que seriam assumidos pelos vendedores de insumos.

Osmar Dias lembrou que o governo prometera que, já nesta semana, todas as medidas anunciadas estariam em vigor.

Em aparte, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) destacou a importância do agronegócio para o país.

## Valadares: "caminho é perigoso" e afeta área social

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou a proposta de zerar o déficit nominal – receitas menos despesas, incluindo juros da dívida – do setor público, apresentada pelo deputado Delfim Netto (PP-SP) no mês passado. Ele afirmou que, se essa proposta chegar a ser executada, o país sofrerá "consequências práticas sérias", incluindo aumento nos cortes em gastos públicos no campo do investimento social.

O senador disse que o déficit zero só seria possível com redu-

ção de despesas e ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que, segundo ele, não é viável, ao se considerar a situação brasileira. Os setores de saúde e educação, avaliou o senador, já enfrentam orçamento limitado. Além disso, acrescentou, "temos uma altíssima poupança pública para pagamento da dívida externa, passamos por um arrocho fiscal e a DRU já é muito alta, fixada em 20%".

– Esse caminho é perigoso e é preciso que se busquem outras



**ADVERTÊNCIA** Valadares defende mudança de rumo no debate sobre pagamento da dívida

opções, e se mude de rumo no debate sobre o pagamento da dívida. A proposta de déficit público zero implica cortes drásticos para o setor de saúde e educação – considerou.

## Mozarildo volta a alertar para epidemia de dengue

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – foto – voltou a alertar o país sobre a epidemia de dengue que atinge o seu estado, principalmente a capital, Boa Vista. O senador leu em Plenário nota técnica do Ministério da Saúde que relata a existência

de quase 1.700 casos notificados da doença em Roraima, número 258% superior ao de 2004.

Ainda de acordo com a nota do ministério, em Boa Vista há mais de 1.300 casos notificados, mas, até o momento, nenhum

é de dengue hemorrágica. Entretanto, diante do avanço da doença, o órgão estaria repassando ao governo do estado kits de combate à doença e material de divulgação para a prevenção da dengue.

– Estamos diante de uma

questão de saúde pública que pode atingir todo o país – preveniu Mozarildo, que solicitou do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria dos recursos públicos destinados ao combate à dengue.



# Aprovada universidade federal no ABC Paulista

■ O projeto de criação da entidade, que terá sede em Santo André, vai agora à sanção presidencial

A região do ABC Paulista vai ganhar sua universidade, com a aprovação ontem do projeto de lei da Câmara (PLC 20/05) que institui a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), com sede em Santo André. A proposta, de autoria do Poder Executivo, vai à sanção presidencial. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deu parecer favorável, destacando que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do governo.

Em seu relatório, Mercadante afirma que “a criação de uma grande universidade no coração da indústria, na maior região metropolitana do país, é uma clara demonstração de compro-



Fotos: Moreira/Alciz  
**ACESSO** Mercadante destaca que a expansão do ensino superior é objetivo central do governo federal

misso com o desenvolvimento, a cultura e a democratização do acesso ao ensino”.

Segundo o senador, a região, com sete municípios e uma população de 2,4 milhões de pessoas, constitui um dos mais importantes pólos fabris da América do Sul, representando 10% do produto interno bruto (PIB) do país. Ao avaliar a importância da universidade paulista, Mercadante enfatizou que, na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), 45% dos es-

tudantes vêm de outros estados e dois terços dos alunos de doutorado também são de outras unidades da Federação.

De acordo com a proposta aprovada, a universidade deverá ser integrada pelos centros de Tecnologia e Indústria, de Educação e de Ciências Sociais, tendo como metas 20 mil estudantes em cursos de graduação, 2.500 estudantes em cursos de mestrado profissional e mil estudantes em cursos de doutorado, além de 600 professores doutores e mil monitores bolsistas.

O Plenário aprovou também o projeto de lei da Câmara (PLC 89/04) que autoriza o governo a contribuir com até US\$ 20 mil anuais para manter escritório do Grupo dos 24 (G-24) em Washington, nos Estados Unidos. O grupo formado em 1972 por países emergentes visa a defender, perante o Comitê Monetário e Financeiro Internacional do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial (Bird), propostas de aperfeiçoamento do sistema. A matéria vai à sanção presidencial.

## Senadores discutem emendas constitucionais

Além da aprovação de dois projetos de lei, os senadores discutiram na sessão de ontem vários pontos da pauta que constarão da próxima sessão deliberativa, marcada para hoje. Dentre elas, o projeto de lei da Câmara (PLC 89/03) que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades.

Várias emendas constitu-

cionais também entraram em discussão e continuarão a ser apreciadas na sessão de hoje. São elas: a proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que amplia para 75 anos os limites da aposentadoria compulsória para os servidores públicos; a que institui a licença maternidade às mulheres que adotarem crianças; a que amplia a vigência do Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a que institui novo ordenamento para o Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia; a que dispõe sobre processos, em andamento, de criação de novos municípios; e a que dispõe sobre carreira de servidores do ex-território federal de Rondônia.

de comunidades, de mulheres, de diversos movimentos sociais para se reparar danos causados por uma década de omissão com relação às crianças mais frágeis, que deveriam ter o acesso essencial à educação infantil garantido – ressaltou.

Heloísa manifestou posição contrária à proposta, que retira do Fundeb as crianças dessa faixa etária, e transfere a responsabilidade para o Fundo Nacional de Assistência Social e para a Lei Orgânica de Assistência Social dos municípios e estados.



**RECEIO** Para Heloísa, o Brasil está preocupado com a proposta do governo Lula referente ao Fundeb

com a proposta do governo Lula referente ao Fundeb. Trata-se de uma reivindicação antiga

## Heloísa protesta contra exclusão de creches

A senadora Heloísa Helena (AL), líder do PSOL, protestou em Plenário ontem contra a exclusão de crianças até três anos de idade como beneficiárias das verbas destinadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

– O Brasil está preocupado

## Comissão contesta área indígena em Roraima

Os três senadores de Roraima são contra a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol da forma como foi realizada pelo governo federal – uma das principais conseqüências da medida é a exclusão das plantações de arroz dessas terras. Augusto Botelho (PDT), Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Wirlande da Luz (PMDB), integrantes da comissão temporária externa criada para avaliar os conflitos decorrentes da demarcação, apresentaram ontem seu relatório final. Mozarildo presidiu a comissão.

Segundo o relator, Augusto Botelho, mais da metade dos habitantes da área em questão é contra a saída dos produtores de arroz, já que eles seriam responsáveis por boa parte da geração de empregos no local. O senador do PDT também afirmou que, sem esses produtores, os índios não seriam capazes de manter o cultivo do arroz, pois a composição do solo – muito ácido – exigiria o uso de recursos tecnológicos.

Augusto ressaltou que, na primeira demarcação feita para a área indígena, as terras onde se planta arroz não estavam

incluídas. Isso só teria ocorrido posteriormente.

– A atual demarcação prejudica aquele que é o setor mais produtivo de Roraima, responsável pela geração de até 7.500 empregos diretos e indiretos – argumentou.

Já Wirlande da Luz frisou que os índios da área sempre tiveram convivência pacífica com outros habitantes da região, e que esse convívio “já dura mais de cem anos”.

O senador peemedebista afirmou que a demarcação feita pelo governo federal foi influenciada por organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, “que manipulam uma pequena parcela dos índios do local e têm interesse sobre as reservas minerais, as plantas medicinais e os mananciais de água da região”.

Augusto Botelho disse que “ninguém é contra a demarcação em si, e prova disso é que existem outras 32 áreas demarcadas no estado”. Mas, afirmou que não pode ocorrer ali o mesmo que houve com a área de São Marcos que, após a demarcação, teria sido “abandonada” pelo governo federal.

## Juvêncio: índios e produtores são as grandes vítimas

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) fez um alerta ontem sobre a gravidade da questão fundiária em Mato Grosso do Sul, onde aldeias indígenas estão confinadas, assemelhando-se a “campos de concentração de índios”. Para ele, está havendo uma injustiça cometida contra os indígenas e os proprietários de terra.

O senador apontou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas ONGs como responsáveis pelo acirramento dos conflitos entre índios e produtores rurais. Para Juvêncio, essas entidades tiram índios das “aldeias confinadas” e levam-nos em caminhões para as “portas das fazendas tituladas”, estabelecendo o conflito e provocando a reação cada vez mais determinada dos proprietários.

– Há cada vez mais conflitos e a União não entra na questão para



**CULPA** Juvêncio da Fonseca afirma que a Funai e algumas ONGs são responsáveis por conflitos de terra

dirimi-los, porque não tem autorização legislativa para desapropriar terras para assentar índios e aliviar as aldeias – observou.

Juvêncio disse que apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) propondo que a União tenha autorização legislativa para desapropriar áreas de glebas, pagando a seus proprietários, para resolver a questão indígena. No entanto, lamentou o senador, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já declarou ser contra a proposta porque ela geraria despesas para a União.